

UFRS-UNIVERSIDADE FEDERAL DO RS/RS

Estudo Técnico Preliminar 33/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 23078.509151/2026-78

2. Descrição da necessidade

O presente estudo preliminar descreve a necessidade de contratação para atendimento das demandas de sonorização e iluminação das ações culturais da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS. Tratam-se de espetáculos de música e dança a serem realizados pelo Pró-Reitoria de Extensão, os quais necessitarão de serviços especializados de sonorização e de iluminação, com fornecimento de equipamentos e de técnicos especializados. As atividades apresentam variações quanto ao porte, tipo de espaços (ambientes internos e externos) e tecnicamente de áudio e iluminação.

A demanda institucional não pode ser atendida com recursos próprios, tendo em vista a inexistência ou insuficiência de equipamentos e de equipe técnica especializada no âmbito da Universidade para suprir, de forma contínua e com padrão profissional, as exigências dessas atividades. Sendo assim, a contratação de uma empresa especializada torna-se necessária para garantir a qualidade técnica das apresentações, a segurança dos participantes e a adequada fruição das atividades culturais pelo público.

Os serviços a serem contratados compreendem o fornecimento, instalação, operação e desmontagem de sistemas de sonorização e iluminação, incluindo todos os equipamentos necessários, tais como mesas de som, caixas acústicas, microfones, estruturas de iluminação e demais itens correlatos. Inclui-se, ainda, a disponibilização de profissionais qualificados para execução dos serviços, abrangendo técnicos de som, iluminadores e auxiliares.

Cada tipo de atividade está referenciada no rider técnico (anexo ao processo), que é o documento que contempla as características técnicas necessárias para realização de cada espetáculo. Esse documento orienta as configurações, a quantidade e o tipo de equipamentos, bem como os parâmetros técnicos a serem observados pela contratada.

A contratação pretendida visa assegurar a padronização e a qualidade dos serviços prestados, a eficiência na execução das atividades, a mitigação de riscos técnicos e operacionais, e o atendimento às normas de segurança aplicáveis, contribuindo para o cumprimento das finalidades institucionais da Pró-Reitoria de Extensão no que se refere à promoção e difusão da cultura.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento de Difusão Cultural da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS	Lígia Antonela da Silva Petrucci

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Esta contratação refere-se a atender, de maneira suficiente e global, os requisitos técnicos de sonorização e iluminação constantes nos riders anexos ao processo, a fim de viabilizar a execução das ações artístico-culturais sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS.

São normativas que disciplinam a presente contratação:

- **Lei de Licitações e Contratos Administrativos Nº 14.133/2021:** estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
- **Lei Complementar Nº 123,** de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- **Instrução Normativa SEGES /ME Nº 65,** de 7 de julho de 2021: Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
- **Instrução Normativa SEGES/ME Nº 58** de 8 de agosto de 2022 - Dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital;
- **Instrução Normativa SEGES/ME Nº 81,** de 25 de novembro de 2022 - Dispõe sobre a elaboração do Termo de Referência – TR, para a aquisição de bens e contratação de serviços, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema TR digital;
- **Instrução Normativa SEGES/ME Nº 73,** de 30 de setembro de 2022 - Dispõe sobre a licitação pelo critério de julgamento por menor preço ou maior desconto, na forma eletrônica, para a contratação de bens, serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;
- **Decreto Nº 10.947** de 25 de janeiro de 2022: dispõe sobre o plano de contratações anual e instituir o Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
- **Decreto Nº 11.462** de 31 de março de 2023 - Regulamenta os art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, para dispor sobre o sistema de registro de preços para a contratação de bens e serviços, inclusive obras e serviços de engenharia, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional;

São obrigações da CONTRATADA:

- Cumprir integralmente as especificações constantes nos riders técnicos de cada espetáculo;
- Disponibilizar todos os equipamentos de sonorização e iluminação necessários à execução dos serviços, em quantidade e especificações adequadas a cada espetáculo, em perfeito estado de conservação;
- Disponibilizar profissionais qualificados e com experiência comprovada, em número suficiente para a adequada execução dos serviços;
- Designar responsável técnico para coordenação das atividades e interlocução com a contratante;
- Responsabilizar-se pelo transporte, carga e descarga de todos os equipamentos;
- Realizar a montagem e instalação conforme normas técnicas e de segurança aplicáveis;
- Garantir a organização, proteção e correto acondicionamento de cabos, estruturas e equipamentos; e
- Providenciar todos os insumos e acessórios necessários à completa execução dos serviços.

Da adoção do Sistema de Registros de Preços - SRP

Quanto à adoção do SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, a Lei nº 14.133/2021, em seu inc. II do art. 40, estabelece que o planejamento de compras deverá considerar o "processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente " - assim definido como o " conjunto de procedimentos para a realização,

mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, às obras e à aquisição e à locação de bens para contratações futuras " (Decreto nº 11.462/2023, art. 2, I).

De acordo com o disposto no Decreto nº nº 11.462/2023, a utilização do Sistema de Registro de Preços enquadra-se nas seguintes hipóteses:

- I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
- III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;
- IV - quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou
- V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração

O SRP poderá ser utilizado para a contratação de execução de obras e serviços de engenharia, desde que atendidos os seguintes requisitos:

- I - existência de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo padronizados, sem complexidade técnica e operacional; e
- II - necessidade permanente ou frequente de obra ou serviço a ser contratado.

A adoção do SRP foi julgada como **pertinente** para esta contratação, tendo em vista que a contratação se enquadra na situação prevista no inciso V do supracitado Decreto.

O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

Do princípio da padronização

Nos termos da Portaria SEGES/ME Nº 938, de 2 de fevereiro de 2022, que instituiu o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras, a consulta realizada aos itens que compõem o Catálogo Eletrônico de Padronização do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) – endereço eletrônico <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados> - **não localizou item** com compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho em relação ao item constante na solução pretendida.

Indicação de marca

A indicação de marcas ou modelos **não se aplica** para a presente contratação.

Garantia da Contratação

No caso em tela, não há elevado risco de inadimplemento por parte da contratada, razão pela qual não haverá a exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da lei 14.133/2021.

Da natureza do objeto

O objeto é de natureza comum para efeito de utilização da modalidade pregão. Neste sentido, a fim de confirmar que os objetos são comuns, observou-se o núcleo do conceito de bem e serviço: “disponibilidade no mercado próprio; predeterminação dos atributos essenciais do objeto de forma objetiva e uniforme; desnecessidade de constar características peculiares para satisfação da Administração”.

O presente objeto possui os seguintes atributos básicos: a) trata-se de contratação habitual e rotineira da Administração Pública; b) apresenta características usuais de mercado, tendo padrões gerais de especificação; c) há possibilidade de julgamento objetivo das propostas pelo menor preço; d) pode ser substituído por outro com qualidade similar ou equivalente disponível no mercado.

Enquadramento da contratação para fins de vigência

O objeto licitatório é enquadrado como de fornecimento **não contínuo** pois se trata de entrega de bens /prestação de serviços sem que haja uma demanda de caráter permanente e finalizada a entrega/execução do serviço, a necessidade foi atendida.

5. Levantamento de Mercado

As aquisições e contratações públicas seguem, em regra, o princípio do dever de licitar, ressalvadas as hipóteses de dispensa ou inexigibilidade de licitação, e que a não observância da modalidade estipulada na lei pode configurar o fracionamento ilegal de despesa, prática vedada.

Em virtude disso, foi realizada pesquisa no site do Portal Nacional de Contratações Públicas (Compras Governamentais) acerca de contratações públicas com o objeto similar, bem como foi feita uma análise do histórico de contratação da demanda na Universidade (23078.507839/2019-94, 23078.504833/2020-07, 23078.528999/2022-72 e 23078.585079/2023-32), a fim de verificar a existência de soluções aptas a atender à necessidade administrativa ou novas metodologias de execução/contratação que gerassem ganhos de produtividade ou economia para a Administração.

Com base nas informações coletadas, foi constatada que a solução amplamente utilizada pela Administração Pública, concentra-se na utilização de licitação, na modalidade pregão, ou de contratação direta de empresa especializada na prestação de serviço de sonorização e iluminação para eventos.

As soluções praticadas pelo mercado (produtos, fornecedores, fabricantes etc.) que atendem as especificidades da demanda será apresentada, conforme Tabelas abaixo:

Edital nº 90003/2026
Id contratação PNCP: 00509018000113-1-000055/2026
Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico
Última Atualização: 17/12/2025
Órgão: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL
Local: São Paulo/SP

Objeto: Contratação de serviços de organização de eventos, com montagem de estrutura física, sonorização, iluminação, transmissão audiovisual (presencial e online), decoração, recepção de convidados, locação de mobiliário, materiais, equipamentos e demais itens correlatos, dentre outros eventuais serviços e itens necessários para a realização da Sessão Solene de Posse dos novos Presidente e Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo -TRE/SP

CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 49.567.087/0001-72

Nome ou razão social do fornecedor: IRE COMPANY LTDA

Edital nº 90024/2025

Id contratação PNCP: 75101873000190-1-000579/2025

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico

Última Atualização: 10/11/2025

Órgão: UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

Local: Pato Branco/PR

Objeto: Aquisição de Equipamentos de Sonorização, Iluminação e Vídeo para o Anfiteatro do Bloco A do Campus Pato Branco da UTFPR

CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 13.728.507/0001-08

Nome ou razão social do fornecedor: SILVIO APARECIDO DE MEDEIROS ELETRONICOS

Edital nº 90001/2025

Id contratação PNCP: 00732012000100-1-000010/2025

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico

Última Atualização: 28/10/2025

Órgão: CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DO ACRE

Local: Rio Branco/AC

Objeto: Formação de Registro de Preços visando à eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de organização de eventos institucionais, cerimônias e produção de materiais gráficos correlatos, incluindo locação de espaços físicos, sonorização, iluminação, transmissão audiovisual, decoração, recepção, cerimonial e confecção de peças gráficas personalizadas, do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Acre – CRCAC.

CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 03.754.260/0001-40

Nome ou razão social do fornecedor: LIFE SHOW PRODUcoes EVENTOS E COMERCIO LTDA

Edital nº 90021/2025

Id contratação PNCP: 00509018000113-1-002902/2025

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico

Última Atualização: 16/10/2025

Órgão: TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Local: João Pessoa/PB

Objeto: Contratação de empresa para organização e apoio logístico, nos municípios de Patos - PB e Campina Grande - PB, do evento de cidadania "Politeenzando: jovem que vota, muda a rota", para alunos do ensino médio (15 a 17 anos), com fornecimento de ambientação do palco central, sonorização, DJ, iluminação, recursos audio-visuais, brindes, água mineral, lanche, camisetas, limpeza, rede wifi, recursos humanos e gerador de energia.

CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 13.146.254/0001-64

Nome ou razão social do fornecedor: TORRES E TORRES ORGANIZACOES DE EVENTOS E SERVICOS LTDA

Edital nº 90007/2025

Id contratação PNCP: 33618570000107-1-000045/2025

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico

Última Atualização: 11/08/2025

Órgão: CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

Local: Brasília/DF

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de gerador de energia elétrica automático para atender aos sistemas de iluminação, sonorização e projeção dos palcos, auditórios e da Feira de Negócios, durante a realização dos seguintes eventos: 14º Encontro Nacional da Mulher Contabilista, em Natal/RN e do Encontro Nacional de Contabilidade Pública (ENCP), em Aracaju/SE.

CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 03.576.437/0001-66

Nome ou razão social do fornecedor: CONECCT MARKETING E EVENTOS LTDA

Edital nº 90013/2025

Id contratação PNCP: 00394429000100-1-000375/2025

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico

Última Atualização: 17/03/2025

Órgão: COMANDO DA AERONAUTICA

Local: Brasília/DF

Objeto: Contratação de prestação de serviço de sonorização, iluminação e projeção para a Seção de Cerimonial do GABAER e Unidades Apoiadas.

CNPJ/CPF ou Nº de identificação do fornecedor: 10.284.509/0001-67

Nome ou razão social do fornecedor: C.L.A DOS SANTOS ESTUDIO

Edital nº 90025/2024

Id contratação PNCP: 03676803000159-1-000129/2024

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico

Última Atualização: 13/11/2024

Local: São Paulo/SP

Objeto: Assessoria de evento em solenidade de comemoração dos 25 anos do CREF4/SP, a ser realizado na capital do estado de São Paulo, em 12 de dezembro de 2024, incluindo a disponibilização e coordenação de jantar de gala, sonorização, iluminação de palco e música ambiente no local do evento.

CNPJ/CPF ou N° de identificação do fornecedor: 45.382.649/0001-52

Nome ou razão social do fornecedor: PROMOVA EVENTOS E ALIMENTACAO LTDA

Contratações realizadas pela Administração Pública e potenciais fornecedores

5.1 Levantamento de soluções

Solução 1: Contratação direta de empresa para execução de serviço de sonorização e iluminação;

Solução 2: Licitação, na modalidade pregão, para contratação de serviço de sonorização e iluminação.

5.2 Análise comparativa das soluções

Solução 1: Não é viável em virtude do valor total estimado para contratação e pelo fato do objeto da demanda não se enquadrar nos incisos elencados no art. 75, da Lei 14.133/21;

Solução 2: Mostra-se a alternativa mais adequada para aquisição do serviço, tendo em vista a natureza do objeto e o valor total da contratação. Além disso, a modalidade pregão possibilita uma ampla participação de fornecedores, maior transparência, agilidade e economia do recurso público.

5.3 Justificativa da escolha da solução

A solução 2 foi identificada por esta equipe técnica como a que melhor atende a necessidade da demanda e aos requisitos da contratação.

Além disso, a Universidade não dispõe em seu quadro funcional de profissionais para a execução de serviços de sonorização e de iluminação de eventos e a contratação de terceiros também não supriria a demanda, uma vez que a instituição não dispõe de equipamentos suficientes para atender a finalidade dos riders (documento com especificações técnicas que dita as diretrizes para execução do serviço em tela).

Ainda, observa-se pelo histórico de contratação desse tipo de serviço na Instituição (processos de nº. 23078.507839/2019-94, 23078.504833/2020-07, 23078.528999/2022-72 e 23078.585079/2023-32), que a modalidade empregada foi a do pregão eletrônico, o qual se mostrou bastante eficaz no objetivo de suprir a necessidade demandada pela Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS.

6. Descrição da solução como um todo

A descrição da solução como um todo abrange a contratação de empresa para prestação de serviços de sonorização e iluminação dos espetáculos, com fornecimento de equipamentos e de técnicos especializados necessários para a realização dos espetáculos promovidos pela Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS.

No que se refere aos serviços de sonorização, a solução abrange a disponibilização de equipamentos de áudio profissionais compatíveis com as características e exigências de cada atividade cultural, de acordo com as definições dos respectivos riders técnicos. Além do fornecimento dos equipamentos, a solução contempla a disponibilização de técnicos de sonorização, carregadores e responsável técnico.

No que se refere aos serviços de iluminação, a solução contempla a disponibilização de sistemas de iluminação profissional. A equipe técnica de iluminação deverá ser composta por técnicos de iluminação, técnico programador e carregadores.

A execução dos serviços de sonorização e iluminação deverá abranger todas as etapas operacionais, incluindo transporte dos equipamentos, montagem, instalação, testes técnicos (passagem de som e afinação de luz), operação durante os espetáculos e desmontagem, em conformidade com os cronogramas definidos pela contratante.

A empresa contratada deverá assegurar que todos os equipamentos estejam em perfeitas condições de uso, com manutenção preventiva e corretiva atualizada, bem como prever equipamentos de contingência (backup), de modo a mitigar riscos de falhas durante as apresentações.

A solução deverá, ainda, contemplar a adaptação às características dos diferentes espaços de realização, considerando aspectos acústicos, estruturais e elétricos, bem como condições ambientais, especialmente em eventos realizados em áreas externas.

Por fim, todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as normas técnicas e de segurança vigentes, garantindo a qualidade sonora e visual das apresentações, a segurança dos profissionais, artistas e público, e o adequado atendimento às finalidades institucionais das ações culturais da Pró-Reitoria de Extensão.

Os serviços a serem contratados se enquadram como atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares em relação a área de competência legal da UFRGS. Ainda, enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A determinação do quantitativo a ser adquirido considerou a estimativa de consumo e utilização prováveis, assim como foram baseadas em técnica adequada, tendo sido considerados os seguintes fatores e/ou fontes:

- Demandas registradas pelas unidades no PCA – 2026;
- Histórico de consumo dos itens disponibilizados nas licitações anteriores (23078.507839/2019-94, 23078.504833/2020-07, 23078.528999/2022-72 e 23078.585079/2023-32), conforme planilha de estimativa de quantitativo presente no processo 23078.509151/2026-78;
- A projeção de quantidades atende às necessidades previstas no planejamento da Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS para o ano de 2026, bem como estabelece um excedente para contemplar demandas emergenciais dos diferentes setores a ela vinculados.

Considerando o exposto acima, a tabela a seguir indica a quantidade estimada, bem como a unidade de medida para o objeto da presente contratação:

Objeto	QTDE	Unidade
--------	------	---------

Serviço de montagem, operação e desmontagem de sonorização e iluminação para espetáculos de Música (Médias e grandes formações) da PROEXT no Salão de Atos da UFRGS	12	unidade
Serviço de montagem, operação e desmontagem de sonorização e iluminação para espetáculos de Música (Pequenas formações) da PROEXT no Salão de Atos da UFRGS	16	unidade
Serviço de montagem, operação e desmontagem de sonorização e iluminação para espetáculos de Dança da PROEXT no Salão de Atos da UFRGS	12	unidade
Serviço de montagem, operação e desmontagem de sonorização e iluminação para eventos da PROEXT no Centro Cultural da UFRGS	08	unidade
Serviço de montagem, operação e desmontagem de sonorização e iluminação para eventos da PROEXT ao ar livre em espaços externos da UFRGS	05	unidade

Estimativa da quantidade

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.298.000,00

A estimativa do valor da contratação foi composta por:

- Média de orçamentos obtidos de potenciais fornecedores, conforme orçamentos presentes no processo 23078.509151/2026-78.

Considerando o exposto acima, a tabela a seguir demonstra os valores estimados para a presente contratação:

Objeto	QTDE	Valor unitário estimado	Valor estimado anual (R\$)
Serviço de montagem, operação e desmontagem de sonorização e iluminação para espetáculos de Música (Médias e grandes formações) da PROEXT no Salão de Atos da UFRGS	12	31.000,00	372.000,00
Serviço de montagem, operação e desmontagem de sonorização e iluminação para espetáculos de Música (Pequenas formações) da PROEXT no Salão de Atos da UFRGS	16	23.000,00	368.000,00
Serviço de montagem, operação e desmontagem de sonorização			

e iluminação para espetáculos de Dança da PROEXT no Salão de Atos da UFRGS	12	27.500,00	330.000,00
Serviço de montagem, operação e desmontagem de sonorização e iluminação para eventos da PROEXT no Centro Cultural da UFRGS	08	16.000,00	128.000,00
Serviço de montagem, operação e desmontagem de sonorização e iluminação para eventos da PROEXT ao ar livre em espaços externos da UFRGS	05	20.000,00	100.000,00
		TOTAL	R\$ 1.298.000,00

Valor estimado da contratação

Considerando os fatores levantados, estima-se um valor total de contratação de **R\$ 1.298.000,00 (um milhão duzentos e noventa e oito mil reais)**.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Os objetos que compõem a solução foram considerados **indivisíveis**, ocorrendo a disposição de forma agregada destes itens em um grupo. A justificativa para a não adoção do parcelamento se deve:

- em virtude da economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;
- pelo objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;
- a prestação de serviços de sonorização e de iluminação deverá ser realizada por uma única empresa, a fim de se estabelecer melhor controle no que diz respeito à fiscalização da qualidade dos serviços prestados, maior economicidade, além de uma uniformidade de operação e de coordenação com as equipes Pró-Reitoria de Extensão da UFRGS.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes ao objeto deste estudo técnico preliminar.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual – PCA 2026 da UFRGS.

Além disso, a contratação encontra-se alinhada aos objetivos estratégicos do Plano de Desenvolvimento Institucional 2016 - 2026 PDI da UFRGS.

Os resultados pretendidos para presente contratação estão vinculados à própria materialização do disposto no Plano de Desenvolvimento Institucional (2016 – 2026), em sua seção relacionada às Políticas de Extensão, onde

diz que "Por meio das atividades de extensão, a UFRGS pretende ampliar a inclusão social dos diferentes segmentos da sociedade, estimulando o respeito à diversidade e às diferentes manifestações culturais, artísticas, esportivas e tecnológicas (PDI 2016-2026, p. 30).

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A presente contratação contribuirá diretamente para a consolidação das diretrizes estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (2016–2026), especialmente no que se refere às Políticas de Extensão, gerando impactos positivos em múltiplas dimensões:

- Fortalecimento do papel social da instituição como agente de transformação;
- Estímulo ao diálogo intercultural entre universidade e comunidade;
- Estímulo à produção e difusão de expressões culturais diversas;
- Aproximação entre a comunidade acadêmica e a sociedade em geral;
- Alinhamento efetivo com as metas estratégicas do PDI.

13. Providências a serem Adotadas

Não há necessidade de adequação do ambiente do órgão em um primeiro momento, tendo em vista que a solução será contratada de acordo com a necessidade e demanda da Universidade.

14. Possíveis Impactos Ambientais

As contratações governamentais devem estabelecer critérios que promovam o desenvolvimento nacional sustentável, devendo o órgão avaliar se há incidência de critérios de sustentabilidade no caso concreto; indicar as dimensões dessa incidência; e definir condições para sua aplicação. Para o estabelecimento dos critérios de sustentabilidade, deve-se:

- Atentar para que a contratação esteja alinhada com o disposto no Plano Diretor de Logística Sustentável da UFRGS;
- Consultar o CATMAT Sustentável e pesquisar por itens classificados e definidos com critérios de sustentabilidade e disponíveis para uso dos órgãos nas compras governamentais,
- Consultar o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis/AGU, no qual podem ser extraídos subsídios orientadores das ações de sustentabilidade pertinentes à ação, conforme o caso.
- Prever, no campo próprio do Termo de Referência critérios e práticas de sustentabilidade de caráter técnico, observadas as leis ou regulamentações específicas, bem como padrões mínimos de qualidade e desempenho;
- Caso gere resíduos, a empresa Contratada será responsável pelo descarte ambientalmente adequado dos mesmos.

15. Considerações sobre a LGPD

Considerações sobre a LGPD – Tratamento de Dados Pessoais

Em atendimento à Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e em consonância com os princípios da Lei nº 14.133/2021, este Estudo Técnico Preliminar analisa se o objeto da contratação envolve, ou não, o tratamento de dados pessoais, com a finalidade de avaliar a necessidade de adoção de medidas de conformidade e de segurança da informação.

15.1. Análise quanto à aplicação da LGPD

Quando aplicável, no curso da execução contratual, poderá haver coleta, armazenamento, processamento ou compartilhamento de dados que possibilitam a identificação de pessoas físicas, tais como:

- informações cadastrais (nome, CPF, RG, endereço, e-mail);
- dados profissionais, acadêmicos ou funcionais;
- dados pessoais sensíveis, nos termos do art. 5º, II, da LGPD, como informações sobre saúde, deficiência, origem étnica ou convicções religiosas.

Nessa hipótese, a Administração Pública atuará como **controladora dos dados pessoais**, e a contratada como **operadora**, devendo ambas observar os princípios da LGPD, especialmente:

- **Finalidade**, com tratamento restrito aos fins da execução contratual;
- **Necessidade**, limitando-se aos dados estritamente indispensáveis;
- **Segurança**, mediante adoção de medidas técnicas e administrativas adequadas;
- **Transparência**, garantindo informações claras aos titulares;
- **Responsabilização**, com demonstração de conformidade com a legislação vigente.

Como decorrência, **poderão ser previstas exigências contratuais**, tais como:

- indicação de encarregado pelo tratamento de dados pessoais (DPO);
- apresentação de programa de governança em privacidade e plano de resposta a incidentes, nos termos do art. 50 da LGPD;
- garantia do exercício dos direitos dos titulares;
- inclusão de cláusulas específicas sobre confidencialidade, segurança da informação e responsabilidade civil.

Por outro lado, **quando não aplicável**, caso se conclua que o objeto da contratação **não envolve tratamento de dados pessoais**, ou que tal tratamento seja meramente incidental, sem identificação de pessoas físicas, entende-se que **não se aplica a LGPD de forma direta**, não sendo necessárias exigências específicas relacionadas à proteção de dados, sem prejuízo da observância geral dos deveres de segurança da informação e sigilo administrativo.

A avaliação quanto à incidência da LGPD poderá refletir, conforme o caso, em requisitos técnicos, cláusulas contratuais ou critérios específicos previstos no edital.

15.2. Checklist de conformidade com a LGPD

Item	Verificação	Observações
O objeto envolve tratamento de dados pessoais?	Não	Identificar claramente no ETP e utilizar Anexo I ao Contrato – “OBRIGAÇÕES REFERENTES À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS, CONFORME DETERMINAÇÕES DA MGI/SGD E TCU PARA INSTRUMENTO CONTRATUAL” e Anexo do “TERMO DE COMPROMISSO E SIGILO”.

Será fornecido um sistema de informação pela CONTRATADA, que permita o tratamento de dados pessoais por múltiplos usuários?	Não	Identificar claramente no ETP e utilizar ANEXO II ao Contrato - “DECLARAÇÃO SOBRE CONTROLES PARA RISCOS À PRIVACIDADE E À PROTEÇÃO DE DADOS”.
---	-----	---

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade


Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar. A EPC entende, de forma conclusiva, pela adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LIGIA ANTONELA DA SILVA PETRUCCI
Integrante Requisitante

ANA LAURA COLOMBO DE FREITAS
Integrante Técnico

SILVANA CORREA PINTO
Integrante Administrativo
 Assinou eletronicamente em 08/05/2026 às 11:15:42.

